

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia e Antropologia

CECAPS - Centro de Pesquisa e Capacitação em Projetos Sociais
Simone Viviane de Souza

PRINCÍPIOS DE UMA ORGANIZAÇÃO ECONOMICAMENTE SOLIDÁRIA:
Análise de Caso - ASMARE

Belo Horizonte
Dezembro/2012

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Simone Viviane de Souza

PRINCÍPIOS DE UMA ORGANIZAÇÃO ECONOMICAMENTE SOLIDÁRIA:
Análise de Caso - ASMARE

Projeto de Monografia apresentado à disciplina Metodologia de Pesquisa e Avaliação de Programas como requisito para elaboração da monografia de conclusão do curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas.

Orientador: Prof.Dr: Vanderson Gonçalves Carneiro

Belo Horizonte
Dezembro/2012

Simone Viviane de Souza

PRINCÍPIOS DE UMA ORGANIZAÇÃO ECONOMICAMENTE SOLIDÁRIA:

Análise de Caso - ASMARE

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas, para obtenção do título de Especialista em Gestão de projetos Sociais em Áreas Urbanas.

APROVADA:

Prof.:
(Co-Orientador)

Prof.:
(Co-Orientador)

Prof.Dr.: Vanderson Gonçalves Carneiro
(Orientador) - UFMG

Belo Horizonte 17 de dezembro 2012.

RESUMO

SOUZA, Simone Viviane de. Universidade Federal de Minas Gerais, dezembro de 2012. **Princípios de uma Organização Economicamente Solidária: Análise de Caso-ASMARE**. Orientador: Vanderson Gonçalves Carneiro. Co-Orientadores: XXXXXXXXXXXX.

A Economia Solidária, é entendida no contexto socioeconômico, onde, vem assumindo papel importante, no Brasil e no mundo dado o seu alcance social, principalmente as camadas mais necessitadas de meios de sobrevivência e que de certa forma são excluídos socialmente, embora ainda pequeno, é tido como alternativa frente à magnitude dos desafios socioeconômicos existentes no decorrer e abrangência do processo capitalista. A Economia Solidária será compreendida como economia alternativa ao processo econômico capitalista e como ferramenta, entre outros, de inserção social.

Este trabalho visa identificar o processo de inserção social que os empreendimentos de economia solidária podem propiciar, levando em consideração os processos dinâmicos que envolvem os cinco princípios básicos da Economia Solidária, sendo eles: cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica, sustentabilidade ambiental.

Neste contexto será avaliada a abordagem processual destes princípios dentro da estrutura física e de grupo em uma cooperativa na região de Belo Horizonte, mais especificamente a ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. Sendo observado o processo de reconhecimento social da figura do catador e de inserção social, dada a condição de geração de renda do grupo com suas atividades de coleta, triagem e reciclagem de resíduos sólidos nesta localidade.

Palavras- chaves: Empreendimentos Economia Solidária, Economia Solidária, Inserção Social.

ABSTRACT

SOUZA, Simone Viviane de. Universidade Federal de Minas Gerais, dezembro de 2012. **Princípios de uma Organização Economicamente Solidária: Análise de Caso-ASMARE.** Orientador: Vanderson Gonçalves Carneiro. Co-Orientadores: XXXXXXXXXXXX.

The Solidarity Economy is understood in the socioeconomic context, where, has assumed important role nowadays in Brazil and in the world given its social reach, especially poorer segments of livelihoods and that somehow are socially excluded, although still small, is taken forward as an alternative to the magnitude of socioeconomic challenges existing in the course and scope of the capitalist process. The Solidarity Economy will be understood as alternative economy to the capitalist economic process and as a tool, among others, social insertion.

This study aims to identify the process of social integration that enterprises can promote solidarity economy, taking into account the dynamic processes that involve the five basic principles of the Solidarity Economy, namely: cooperation, solidarity, self-management, environmental sustainability.

In this context we will evaluate the procedural approach of these principles within the physical structure and in a cooperative group in the region of Belo Horizonte, more specifically ASMARE - Association of Collectors of Paper, Cardboard and Recyclable Material of Belo Horizonte. Being observed the process of social recognition of the figure of the collector and social inclusion, given the condition of generating income group with their activities of collecting, sorting and recycling of solid waste at this location.

Key-words: Developments Solidarity Economy, Solidarity Economy, Social Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte

CAMP - Centro de Educação Popular opção pela Solidariedade

CATAUNIDOS - Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária

CBO - Classificação Brasileira de Ocupação

ES - Economia Solidária

EES - Empreendimento de Economia Solidária

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONG - Organizações Não Governamentais

PAC - Projetos Alternativos Comunitários

RTS - Rede de Tecnologia Social

SLU - Superintendência de Limpeza Urbana

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E ABRANGÊNCIA...	12
CAPÍTULO 2 - CONTEXTO da Economia Solidária no Brasil.....	24
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DE CASO.....	30
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS... ..	44
ANEXOS.....	47
Anexo 1: Logomarca da cooperativa.....	47
Anexo 2: Logomarca.....	48
Anexo 3: Organograma Estrutural.....	49
Anexo 4: Projeto Implantado em 1993.....	50
Anexo 5: Produtos.....	51
Anexo 6: Atelier.....	52

INTRODUÇÃO

No contexto de elevados níveis de desigualdades socioeconômicas e forte concentração de renda com crescentes níveis de desemprego e exclusão social que a sociedade contemporânea vivencia, emerge-se experiências socioeconômicas que buscam mitigar os efeitos destas desigualdades, e ao mesmo tempo, almejam um desenvolvimento que seja alternativo ao modo de produção capitalista. No Brasil, este conjunto de experiências socioeconômicas vem sendo denominado de EES (Empreendimento de Economia Solidária). Este termo é utilizado para representar as entidades que definem suas atividades em princípios de solidariedade e cooperação como potencial estratégico de combate ao desemprego, geração de renda, combate à vulnerabilidade social, exclusão social e etc.

No processo de desenvolvimento proporcionado pela ES (Economia Solidária), que podemos considerar como processo ideológico dos EES, apresenta princípios que representam papel de grande relevância para proporcionar, entre outras situações, a autoafirmação dos envolvidos, inclusão social. A ES se apresenta como processo que envolve atividades que se utilizam de trabalho conjunto, levando em consideração as opiniões dos envolvidos, partilha igualitária dos resultados utilizando-se de cooperação, solidariedade e trabalho conjunto. O EES pode ser utilizado pelos empreendedores solidários como ferramenta para reduzir as implicações sociais junto ao elevado número de trabalhadores excluídos no mercado de trabalho, por falta de capacitação, escolaridade, entre outros.

Desta forma, atividades econômicas alternativas com cunho social e economicamente solidário caracterizado pelos EES vêm ganhando atenção como estratégia de combate ao desemprego, geração de renda e de incentivo ao combate à vulnerabilidade social em nosso país, onde cada vez mais as pessoas estão sujeitas às desigualdades sociais decorrente do processo que envolve a propagação do sistema econômico capitalista.

Os empreendimentos solidários vêm assumindo papel importante nos dias atuais, no Brasil e no mundo em face de seu alcance social, embora ainda pequeno, é tido

como alternativa frente à magnitude dos desafios socioeconômicos existentes no transcorrer e abrangência do processo capitalista.

Dentro deste contexto de importância no combate aos problemas socioeconômicos decorrentes do modelo capitalista ressaltamos que um dos principais seria o combate da exclusão social que é uma das externalidades negativas, onde a mesma se torna mais significativa e desprende maiores esforços e atitudes para ser minimizada.

Neste contexto dos EES como alternativa de combate ao desemprego e exclusão social (externalidades decorrente do modelo capitalista), (KOZEM et. ali, 2006) responsáveis pelo CAMP (Centro de Educação Popular opção pela Solidariedade) relata a cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade ambiental como os princípios básicos da ES, opostos as características do capitalismo que visa acumulação de capital, disputa ou competitividade entre os homens, lucro desigualdade social, entre outros pontos e externalidades. Em ratificação o SNIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária) também faz esta menção sobre as características inerentes à ES.

Uma característica marcante relacionada à ES é a capacidade dela ir muito além da resistência, do processo de exclusão social e o do desemprego. Onde ela pode apontar para uma nova prática econômica, em sentido mais radical, poderia representar a reinvenção da economia, provando que outro tipo de economia é possível, capaz de criar e fortalecer novos empreendimentos, gerando inserção social, trabalho e renda a partir do cooperativado autogestionário, com gestão participativa entre homens e mulheres que constroem um novo modelo de desenvolvimento.

Embora a ES seja uma alternativa para a redução da desigualdade social, através da geração de empregos e renda para os excluídos sociais, ainda há um longo caminho a ser seguido para que estes empreendimentos possam se auto sustentar e receberem reconhecimento e auxílio, quando necessário, para o seu desenvolvimento e concretização. Neste caso, torna-se importante a discussão

sobre estas ditas particularidades da ES, principalmente, se a tomarmos como uma ação de inserção social e de outras concepções de desenvolvimento econômico e social, realizada por diversas organizações, seja da sociedade civil, seja do poder público.

A pesquisa visa compreender, portanto, como a economia solidária na perspectiva de instrumento de inserção social pode contribuir para o fortalecimento destes grupos. Ou seja, como a ES e seus princípios basilares contribuem ou não para que grupos que são social e economicamente excluídos possam ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

Para tanto, como estudo de caso, a pesquisa se propôs analisar uma entidade de economia solidária na cidade de Belo Horizonte que se destaca, por um lado, ser uma entidade que congrega uma população historicamente marginalizada, e por outro lado, é uma entidade que defende os princípios da economia solidária, e por suposto, possui em sua prática, os princípios característicos da ES.

Dessa forma, a justificativa do estudo manifesta-se na proposta de contribuir para o entendimento das singularidades inerentes a economia popular solidária enquanto um instrumento de inserção social destes grupos solidários.

Em suma, utilizar ES significa enfrentar os desafios de buscar unidade ou convergência no processo de inclusão social e atividade dos EES, respeitando a adversidade e especificidade de cada organização. Sendo considerado, sobretudo, enfrentar atenuantes da nossa cultura capitalista, superando interesses parciais e ressaltando o processo de trabalho conjunto e solidário que favorece o processo de reconhecimento do novo “sujeito social” com representatividade e identidade social aos trabalhadores desse setor da atividade humana caracterizado pela ES.

A pesquisa terá natureza bibliográfica e documental, proporcionando, em geral, uma maior familiaridade com o problema, esclarecendo dúvidas e questionamentos a respeito do tema estudado.

Desta forma, a presente monografia utilizou uma metodologia que está estruturada em revisão de natureza bibliográfica e documental de relevância ao período selecionado para análise. A revisão bibliográfica será estruturada em dois capítulos. O primeiro apresenta considerações e abordagens sobre o que podemos entender como economia solidária, suas características e princípios. No segundo capítulo, descrevemos o histórico e abrangência dos EES no âmbito nacional. No capítulo três fazemos uma descrição de uma entidade de economia solidária em Belo Horizonte observando os aspectos de sua gestão como entidade de economia solidária. Encerrando passam-se as considerações finais na conclusão.

Capítulo 1. ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E ABRANGÊNCIA

Primeiramente, a Economia Solidaria, é entendida no mesmo âmbito, ou seja, o socioeconômico, onde vários termos são empregados para definir este movimento característico solidário. É vista como uma estratégia de enfrentamento da exclusão social e da precarização do trabalho, tendo uma forma coletiva de geração de emprego e renda, articulada aos processos de desenvolvimento participativo e sustentável.

Segundo (XAVIER, 2008) a ES pode assumir característica do Sistema Socialista de produção, como pode ser observado na fala do mesmo, “Trata se de uma economia de caráter socialista, onde as práticas de autogestão do trabalho e da produção representam o que Marx chamou de “economia política da classe operária” em contraposição à “economia política da burguesia”

Em continuidade podemos perceber que ocorre a utilização de termos diferenciados, mas que abrangem uma mesma conotação, ligada ao aspecto social, no processo dos movimentos econômicos. Como pode ser observado na postura de (KOZEM et. ali, 2006), organizadores da Cartilha “Economia Solidária no Brasil”, alguns desses termos são economia social, humano-economia, economia popular solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, sendo que todas, na prática, buscam os mesmos objetivos. Neste trabalho será usado o termo ES (Economia Solidária).

No contexto da definição do termo ES, (LAVILLE e GAIGER 2009) no Dicionário internacional de Economia Solidária a define como:

A economia solidária é conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram em torno da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. (LAVILLE e GAIGER (2009, p.1)

Na busca pela definição do conceito (GAIGER, 2003) define ES como um espaço que não é só econômico, mas que recupera valores e práticas deixadas no esquecimento, dando-lhes novo sentido e amplitude e propiciando a inclusão e a reconstrução pessoal dos indivíduos, sendo assim, trata de iniciativas populares de geração de trabalho e renda. Desta forma estes movimentos além de favorecer um modelo econômico tende para um processo de inclusão social, dado as características relacionadas aos seus princípios que serão mais bem analisados no decorrer deste trabalho.

Como mencionado por (LAVILLE e GAIGER, 2009) o termo Economia Solidária foi utilizado para definir acepções no âmbito da solidariedade proveniente de grupos isolados em todo o planeta, referindo-se à característica mundial do movimento. Tendo sua origem em 1990, decorrente das atividades organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática por vários grupos sociais, em varias partes do mundo.

Nacionalmente a economia solidária é definida pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), como um jeito diferente de produzir, vender, comprar ou trocar o que é preciso para viver; sem explorar os outros; sem querer levar vantagem; sem destruir o meio ambiente; cooperando e fortalecendo o grupo; todos pensando no próprio bem e no bem dos outros. Esta definição fortalece o aspecto do termo e está diretamente ligada à concepção estrutural das atividades, como por exemplo, na proposta de atividade conjunta, sem exploração dos outros ou destruição do meio ambiente dos indivíduos, neste contexto pode-se ressaltar um componente de não exclusão dado o processo intrínseco na atividade do trabalho conjunto e não destrutivo do meio ambiente, com valorização dos indivíduos envolvidos no processo de cada EES.

Para (SINGER, 2000), a economia solidária surge como modo de produção e de distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Ressalta que a economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios. Ressaltamos que mais que proposta alternativa ao

capitalismo a ES ao trabalhar a situação de combate ao desemprego promove a inclusão dos indivíduos de forma social garantindo aos mesmos, civilidade e identidade nacional, ou ainda, podendo evitar o processo de exclusão em todos os aspectos no processo econômico capitalista, dado que os indivíduos tendo como alternativa o modo economicamente solidário de “produção”, ou seja, tendo oportunidades, tende a não ficar excluído.

Em oportunidade mais recente, o autor enfatiza que o conceito de economia solidária é hoje largamente utilizado, nos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia de solidariedade. Reforça sua posição sobre o conceito de economia alternativa que o sistema de união de pessoas socioeconomicamente excluídas. E completando esta análise de economia ativa e inclusiva com possibilidades econômicas, ressalta o contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão das sociedades capitalistas (SINGER, 2003).

Mais que conceito, é perceptível nas posturas dos autores anteriormente mencionados que a ES vai muito além do conceitual, mas abrange um comportamento e práticas, para se definir o termo.

No contexto da ES é relevante avaliar, no que tange os resultados esperados, sendo observado que em geral os objetivos buscados por estas organizações são de cunho social concentrando-se na geração de renda e combate a exclusão social. Os objetivos, segundo (KOZEM et. ali, 2006), são expressos a seguir.

- a) Combater a exclusão social, eliminando as desigualdades praticadas hoje no país;
- b) Articular o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças;
- c) Contribuir com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, respeitando o indivíduo e meio ambiente;
- d) Substituir as velhas práticas do capitalismo de competição e maximização do lucro por novos conceitos;

- e) Promover a justiça econômica e social, a democracia participativa, sem a centralização dos estados e longe das práticas das cooperativas burocratizadas;
- f) Aumentar as oportunidades de trabalho, mantendo a atividade econômica, responsável por responder às práticas produtivas de sociedade;
- g) Articular os elos de cada cadeia produtiva em redes de entidades de apoio e empreendimentos que se complementam.

O tópico “(a)” da citação anterior refere-se diretamente a um dos objetivos principais dos EES “Combater a exclusão social, eliminando as desigualdades praticadas hoje no país”, ou seja, atribui ao processo encadeado na ES como ferramenta para combater a exclusão, dado que a exclusão social, como mencionado anteriormente, desprende maiores esforços para ser combatida e precisa de maior atenção por parte de toda a sociedade, ou seja, é responsabilidade não apenas de um cidadão visto de forma individualizada, mas da sociedade como um todo, seja cidadão, poder público, organizações sociais e etc.. Neste contexto emerge uma nova discussão no que se refere à abrangência dos indivíduos considerados como cidadãos, uma vez que os envolvidos no processo dos EES, inicialmente são considerados como “não cidadãos”, dado sua condição de excluído social.

Em continuidade, ressaltamos que além de conceitos e resultados percebemos que segundo (SOUZA, 2008), a Economia Solidária deve ser regida por princípios que coloque o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, promovendo ou evitando o processo de exclusão social em vez da acumulação privada de riqueza e de capital. Isto significa que o indivíduo ou grupo ao qual ele faça parte, quando estão envolvidos de forma economicamente solidária estarão como agentes dos processos produtivos, ou seja, tem oportunidade de constituírem suas identidades e o direito de obterem retorno financeiro para ele e seu grupo, sem intenção de obterem lucro.

Em sequência ao processo de conceituação da ES, dado o contexto de o próprio termo estar ligado ao seu processo dinâmico que pode promover, entre outros, a redução e combate da exclusão social, decorre a necessidade da análise deste processo que, inicialmente, ressaltamos que a prática da ES está fundamentada na cooperação, na autogestão, na produção coletiva, na comercialização direta, na

justa distribuição da renda, na solidariedade, na agroecologia, agricultura familiar que valoriza o ser humano acima do trabalho e do capital.

Estas são características de uma organização que utiliza economia solidária, mas ressaltamos que existe a classificação de cinco itens como princípios básicos como já mencionada na introdução deste trabalho, onde (KOZEM et. ali, 2006), e SIES relatam a cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade ambiental como estes princípios.

Em análise detalhada de cada princípio percebemos que segundo as duas referências a primeira característica refere-se à cooperação, característica principal dos empreendimentos de ES em qualquer lugar e forma de empreendimento dado a condição de o termo, inicialmente, o sugere a ideia de trabalho conjunto e partilhado com desejos em comum entre os envolvidos. Segundo (JESUS e TIRIBA, 2009) em texto publicado no Dicionário internacional de ES, refere-se ao termo cooperação.

O termo cooperação está dicionarizado como o ato de cooperar ou operar simultaneamente, colaborar, trabalhar em conjunto. Está associado às ideias de ajuda mútua, de se contribuir para o bem-estar de alguém ou de uma coletividade. No sentido amplo indica a ação coletiva de indivíduos com o intuito de partilhar, de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social.

No contexto da definição do termo cooperação é relevante ressaltar algumas particularidades, por exemplo, abrangência das atividades, ou seja, no sentido amplo indica ação coletiva, organizada tendo como resultado a produção social. A produção social refere-se à forma de resultados das atividades, entre eles a condição de indicar forma de trabalho produtivo que promove retornos aos envolvidos, mais especificamente, pode promover inclusão social por meio do trabalho desenvolvido em EES.

Já um aspecto mais restrito pode ser relacionado “como a base das relações econômica-sociais que os trabalhadores associados pretendem estabelecer no processo de trabalho”. Neste contexto podemos relacionar ao ato em si, ou seja, o cooperativismo que pode representar processo de inclusão social.

Em sequência, na concepção de (KOZEM et. ali, 2006), onde ele ressalta, além da definição do termo, o seu aspecto social que pode ser observado na concepção estrutural da CAMP. Como pode ser observado na citação que se segue.

Cooperação

- 1- Quando o grupo começou a reunir-se para analisar essa alternativa de trabalho e decidir como iria organizar-se e o que pretendia fazer, todos participaram das decisões e ajudaram nas tarefas para constituir o empreendimento;
2. As tarefas podem ser diferentes, mas todos os integrantes de um empreendimento trabalham em torno dos mesmos objetivos e buscam os mesmos resultados;
3. No empreendimento, todos têm a mesma importância, responsabilidades, deveres e direitos. Não há concorrência e nem competição para ver quem é mais importante e quem ganha mais. O que cada um ganha pelo seu trabalho é decidido numa assembleia de todos os sócios;
4. A cooperação e motivação melhoram as condições para alcançar os objetivos comuns do empreendimento;
5. O bom funcionamento de um empreendimento depende da participação de todos no trabalho e nas assembleias e da capacidade da sua coordenação, para que as decisões sejam cumpridas e as dificuldades sejam transformadas em desafios e propostas, levando o empreendimento a ampliar as suas atividades e qualificar os seus produtos. (KOZEM et. ali, 2006, p.9),

Este princípio leva em consideração a igualdade dos envolvidos nos empreendimentos, são claro os objetivos do trabalho para todos os participantes, o não assalariamento quanto a suas tarefas desempenhadas, ou distinção pela atividade que realiza dentro do grupo. O item 1 deste tópico relata que o grupo CAMP, quando se organizou decidiram em conjunto as opções, ratificando o princípio de cooperação expressa em uma organização de ES.

A cooperação entendida como processo conjunto de atitude, pode propiciar análise de que os movimentos economicamente solidários ao utilizarem-se deste conceito, ressaltam o princípio de oposição ao modelo capitalista, onde, neste modelo econômico que utiliza ferramentas de acúmulo de capital, prestigiando a competição exacerbada entre os homens. A competição entre os indivíduos é condenada e naturalmente não sustentaria o conceito cooperação. Este princípio está diretamente ligada ao segundo que representa a solidariedade.

Em sequência na análise dos princípios inerentes a uma ES destacamos o segundo e, também relevante princípio caracterizado pela solidariedade. Sendo uma característica marcante e de grande relevância dentro dos grupos de ES. Neste aspecto solidário os trabalhos são em conjunto e sua organização ocorre de forma coletiva. Como pode ser observado a seguir.

Solidariedade

1. Todos apoiam as atividades do empreendimento e colaboram uns com os outros na execução das suas tarefas. Mesmo que haja tarefas diferentes, todos conhecem as tarefas de todos. O bom desempenho e o bem-estar de cada um influem no resultado dos objetivos e na renda de todos;
2. Mulheres e homens têm as mesmas capacidades e possuem os mesmos direitos e deveres;
3. Para os trabalhadores, é importante que a comunidade e os outros empreendimentos econômicos solidários também se desenvolvam e reconheçam a importância da solidariedade;
4. Os integrantes preocupam-se com o empreendimento e priorizam seus resultados, mas também participam de reuniões, encontros e conversas com pessoas de outros grupos solidários, atuando em diferentes espaços de articulação da economia solidária. (KOZEM et. ali, 2006, p.9),

Ressaltamos inicialmente que este segundo princípio se assemelha muito à cooperação dada a características de EES apresentar trabalho conjunto se utilizando de cooperação e solidariedade.

Pelo princípio da solidariedade nesta organização econômica não há necessidade de um patrão nem empregado, devido ao fato de todos serem donos e responsáveis pelas decisões, dividem responsabilidades, obrigações e os frutos gerados pelo

trabalho coletivo. A riqueza produzida não vai se concentrar nas mãos de poucos, será dividida entre todas as pessoas que exerceram a atividade econômica.

Este tipo de economia, observando o princípio da solidariedade, é fruto da organização coletiva de trabalhadores que se unem para praticar e vivenciar novas relações econômicas e sociais, possibilitadoras de sobrevivência e da melhoria da qualidade de vida de seres humanos.

A economia solidária compreende várias práticas econômicas e sociais, que se apresentam em forma de cooperativas, associações, entidades de crédito solidário e fundo rotativo, grupos e clubes de trocas solidárias, empresas recuperadas e de autogestão, estabelecimentos de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo.

Os terceiro e quarto princípios podem ser compreendidos como o processo administrativo do empreendimento, sendo eles, autogestão e sustentação econômica, respectivamente.

Em continuidade aos princípios básicos relatamos a condição da autogestão que está relacionada com a capacidade de gerir o empreendimento de forma democrática e coletiva, de forma a controlar produção condizente ao tamanho do grupo, disponibilidade de recursos e matérias-primas e mais prioritário, o bem estar dos integrantes e retorno digno para os mesmo.

Segundo (MOTHÉ, 2009), “a autogestão é um processo de organização democrática que privilegia a democracia direta”. Este processo é pensado e decidido de forma coletiva em assembleias, onde existe a figura do representante eleito de forma democrática.

Autogestão

1. No empreendimento, não existe empregado e patrão, ninguém manda mais do que o outro e todos têm espaço e oportunidade de dizer o que pensam e o que querem. Todos são sócios cooperados do empreendimento. Todos são donos dos equipamentos e das ferramentas que utilizam em seu trabalho;

2. Quando existe algum problema para ser resolvido ou quando se decide sobre o que fazer com alguma sobra da renda, todos têm o direito e o dever de dar sua opinião e seu voto;
3. Todos os participantes do empreendimento se interessam por sua organização, fazem questão de participar das decisões que precisam ser tomadas e comprometem-se com o que o coletivo decide;
4. Para organizar seu trabalho, cada empreendimento realiza reuniões para conversar sobre as propostas de cada um e depois decide sobre o que irão fazer, quem vai fazer e como deve ser feito. Alguns trabalhadores precisam assumir a tarefa de coordenação, para que as decisões se transformem em realidade. (KOZEM et. ali, 2006, p.10),

A sustentação econômica, que caracteriza o quarto ponto de abordagem de um empreendimento economicamente solidário, representa a capacidade do grupo, além de autogerir-se, de apresentar condições dignas de “retornos” financeiros para todos os integrantes do grupo. Como pode ser visto a seguir, segundo observações de (KOZEM et. ali, 2006).

Sustentação econômica

1. A atividade econômica dessa alternativa de trabalho valoriza o conhecimento, as habilidades e a criatividade das pessoas, buscando o bem-estar e a felicidade de cada um dos seus sócios e de todos os que se relacionam com o empreendimento;
2. Um empreendimento de economia solidária propõe-se a viabilizar um trabalho digno e uma renda justa para todos os seus sócios, não visando somente ao lucro para acumular riqueza;
3. Os sócios priorizam o trabalho no seu empreendimento, para que possam viver dele;
4. Existe, entre os sócios do empreendimento, o interesse em consumir produtos e serviços de outros empreendimentos solidários e também de se associar a eles, buscando o desenvolvimento de todos por meio de redes de economia solidária;
5. Um empreendimento, quando une e organiza moradores de uma comunidade para desenvolver alternativas de trabalho e renda, fortalecendo as identidades culturais e preservando os recursos naturais, transforma-se num agente estratégico de desenvolvimento local sustentável. (KOZEM et. ali, 2006, p.10),

A economia solidária busca também a preservação dos recursos naturais, esta compreensão do indivíduo como parte do ambiente e que precisa controlar a

degradação que pode ocorrer no processo de produção solidária ou capitalista caracteriza o quinto princípio relatado (KOZEM et. ali, 2006) em experiência do CAMP.

Isto ocorre através do manejo sustentável e da responsabilidade com a geração atual e futura, construindo uma nova forma de inclusão social, através da partição de todos. Os tópicos deste princípio podem ser observados a seguir no texto da CAMP

Sustentabilidade Ambiental

1. As máquinas e a matéria-prima utilizada pelo empreendimento para produzir os seus produtos ou realizar os seus serviços não comprometem a saúde das pessoas e a preservação e reprodução saudável dos recursos naturais;
2. Os empreendimentos sempre se preocupam e buscam melhorar, permanentemente, o manejo ecológico de todas as suas atividades, seja dos resíduos das atividades de produção, seja na comercialização dos seus produtos nas feiras e lojas;
3. Os sócios de um empreendimento de economia solidária conscientizam-se de que os recursos naturais são limitados e assumem a tarefa de ajudar na educação de todas as pessoas sobre a importância e necessidade da preservação desses recursos. (KOZEM et. ali, 2006, p.11),

Neste contexto de cooperação, solidariedade, autogestão, auto sustentação e preocupação socioeconômica e socioambiental propiciam o surgimento de novos sujeitos para o exercício da cidadania decorrente do processo de inserção social no âmbito dos cinco princípios da ES dado que isto ocorre em um processo dinâmico conciliando os esforços conjuntos como base na cooperação, solidariedade, respeito aos indivíduos sem distinção dos mesmos, quanto à atividade desempenhada. A ES se constitui peça fundamental de combate aos princípios capitalista de desenvolvimento com grandes impactos e externalidades negativas na sociedade, sendo a própria exclusão social uma delas e desenvolver um novo projeto de sociedade.

De igual teor abre espaço para o fortalecimento da consciência produtiva sustentável e do consumo justo, ético e solidário, na certeza de que outra forma de consumo

mais consciente que dignifique os indivíduos, quanto as atividade desenvolvidas, é possível.

Este referencial de conceituação dos cinco princípios de uma EES onde em suma a cooperação leva em consideração a igualdade dos envolvidos nos empreendimentos, onde são claros os objetivos e divisão do trabalho para todos os participantes, e decorrente forma de não assalariamento quanto a suas tarefas desempenhadas, e a não distinção dos indivíduos quanto à atividade que realiza dentro do grupo, quanto à solidariedade se apresenta na condição da preocupação distributiva e equitativa dos resultados.

Os terceiro e quarto princípios ao compreenderem o processo administrativo do empreendimento, onde a autogestão está relacionada com a capacidade de gerir o empreendimento de forma democrática e coletiva de forma organizada e avaliativa das oportunidades e particularidade do grupo e a favor do bem estar dos integrantes de forma a promover o retorno digno ao grupo. Dada a condição que afirma a sustentação econômica como capacidade do grupo, além de autogerir-se, de apresentar condições dignas de “retornos” financeiros para todos os integrantes do grupo.

A condição de autogestão e sustentação não se sustentaria sem a sustentabilidade ambiental com a busca da preservação dos recursos naturais, compreendendo o individuo como parte do ambiente e que precisa controlar a degradação ambiental decorrente da ação humana no ambiente, em geral este processo ocorrerá sustentavelmente com a preocupação com a geração atual e futura, construindo uma nova forma de inclusão social, através da partição de todos.

No caso desta monografia, o princípio da sustentabilidade tem maior interferência na análise de caso, dado o fato da coleta e triagem de materiais sólidos em Belo Horizonte, o princípio da sustentabilidade baseia-se na condição de serviço ambiental com a coleta de resíduos, retirando matérias do meio ambiente urbano (o que veremos em sequência na análise de caso).

O processo de encubação, formação de conceitos da ES e avaliação como alternativa econômica apresentou-se em um contexto social, econômico e político com momentos históricos que são relevantes para o entendimento da ES, este processo será abordado no capítulo que se segue.

Capítulo 2 – CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Inicialmente ao tratarmos do tema ES no nosso país relatamos que apesar de ocorrerem EES a economia solidária não é um fenômeno nacional, ou seja, sua encubação e desenvolvimento não ocorreram no Brasil, ela teve sua origem com a primeira revolução industrial em 1848, quando surgiram na França as primeiras cooperativas. Como pode ser observado no texto de (CARNEIRO, 2012) como se segue.

Em termos históricos, o conceito de economia solidária traz em seu cerne a bandeiras de lutas do cooperativismo operário do século XIX, formado na luta de resistência contra a revolução industrial. Nesta época, a proletarização do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo, e faz surgir as primeiras cooperativas autogestionárias de produção. Muitos dos princípios do cooperativismo (conhecido como princípios cooperativistas de Rochdale, por ser a primeira cooperativa fundada – em 1848) são adotados pela Economia solidária. (CARNEIRO, 2012, p.

Dado o contexto histórico mundial, SINGER (2002) relata o surgimento da ES no Brasil em momentos de forte crise, ano de 1990, início do governo de Fernando Henrique Cardoso, em que sete milhões de postos de trabalho foram eliminados porque começaram a importar da China, da Coreia do Sul e outros lugares onde o custo das mercadorias era menor. Desta observação feita pelo autor podemos reforçar a ideia de que os EES têm grande relevância no processo de redução e combate ao desemprego e conseqüente influência na redução da exclusão social.

Em meados de 1991 foram promovidas assessorias sindicais para darem suporte aos trabalhadores para assumirem empresas falidas, ou para serem parceiros no capital de investimento de empresas com debilidade de mercado. Surgiram assim várias experiências de geração de renda, trabalhadas pelas ONGs (Organizações Não Governamentais), e pelas Cáritas (entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que financiou PAC (Projetos Alternativos Comunitários). Diante desses fatos, vários movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos e movimentos religiosos buscaram uma forma de superação à crise do capital através da forma de trabalho conjunto como base na cooperação e

solidariedade expressa na ES. Relevando que diferente dos movimentos solidários do século 19 que se baseavam nas cooperativas no nosso contexto surgiu vários EES com especificidades, mas que utiliza-se dos cinco princípios básicos da ES para realizarem suas atividades e valorização humana decorrente destas atividades.

O contexto brasileiro dos EES pode ser observado no projeto de mapeamento e detalhamento das atividades e mecanismos utilizados para geração de empregos e valorização do ser humano no desenrolar de uma atividade laboriosa dos mesmos.

De acordo com informações retiradas do livro “Novo Atlas da Economia Solidária no Brasil” foram mapeados 21.859 empreendimentos solidários do ano de 2003 até o ano de 2007, sendo que deste total 80% é formado por pessoas pobres, dado o contexto de que este percentual é extremamente relevante nesta análise, ou seja, do total dos empreendimentos mapeados 17.487 apresentam os integrantes de origem pobre, de pessoas que não apresentam condições dignas de se manterem e buscam alternativas para sobreviverem, neste contexto ocorre relacionamento do processo de execução e desenvolvimento dos EES com as propostas de um determinado grupo de se unirem com a finalidade da geração de renda para os envolvidos. Quanto à atuação do empreendimento percebemos que do total dos ESS no país, 50 % é rural, 33 % é urbano, 17% é rural e urbano.

Em valores absolutos o setor que engloba os EES envolve 1.687.496 milhões de pessoas. Levando em consideração o sexo dos envolvidos, segundo o atlas percebemos que 630.382 mil são mulheres, ou seja, 37,35% e os homens envolvidos representam 62,65%, em valor absoluto giram em torno dos 1.057.114 milhões. Neste caso percebemos um valor superior na quantidade de homens envolvidos do que os números absolutos e relativos da quantidade de mulheres.

Em relação à configuração nacional dos empreendimentos solidários pelos dados percebemos a seguinte disposição em todo território nacional, sendo distribuídos por região com os seguintes valores quantitativos:

Tabela 1: Distribuição Territorial dos Empreendimentos Economicamente Solidários no Brasil até 2007.

Região	Empreendimentos
Norte	2.656
Nordeste	9.498
Sudeste	3.912
Sul	3.583
Centro-Oeste	2.210
Total	21.859

Fonte: M.T. E / SIES

Dividido por região, o Nordeste é a região que apresenta o maior número de empreendimentos solidários correspondendo a 43% do total seguido pela região sudeste com 18%. As regiões Sul, Norte e Centro-Oeste seguem com 16%, 12% e 10% respectivamente. Por estado, o Rio Grande do Sul é o que apresenta o maior número de empreendimentos.

Em pesquisa realizada pelos organizadores do Atlas, em 2005, sobre os resultados financeiros dos empreendimentos solidários, constatou-se que 38 % pagaram as despesas e tiveram sobras, 34 % conseguiram pagar as despesas sem sobras, 15 % dos empreendedores não conseguiram pagar as despesas e 13 % não foram pesquisados. Embora possamos correlacionar estas informações ao princípio da auto sustentação e sustentação econômica, dado este dois princípios estarem relacionado à capacidade de gestão do grupo, não há informações para que ocorra a afirmação do sucesso ou não estar diretamente ligado a esta capacidade.

Embora possam ser considerado expressivo o número de empreendimentos solidários, estes ainda não mostram bons resultados em relação à remuneração dos empreendedores.

Em um contexto geral a ES e conseqüente realização dos EES no país, percebemos grandes desafios, não só no combate as grandes discrepâncias sociais e conseqüente redução da desigualdade social, mas, também, existem impasses quanto a divulgação dos movimentos, rede de comercialização, apoio para autoafirmação dos grupos e reconhecimento social (identidade).

Dado este contexto ressaltamos que os EES precisam investir, também, na área educacional, no nível de escolaridade e consciência coletiva, buscar desenvolver ações de marketing e propaganda, realizar projetos, melhorar o acesso a créditos como também procurar elaborar uma nova legislação para o cooperativismo e para empresas autogestionárias postura abordada por BARBOSA, (2007).

Segundo BARBOSA (2007), a economia solidária se encontra em grandes dificuldades, desde a regulamentação do setor, a falta de política para a produção, comercialização e consumo, falta de funcionamento, comunicação e educação. Diz a autora em seu trabalho “A Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil”, que as reformas em curso no país não atendem às suas especificidades, pois não existe legislação que regule o cooperativismo e que ampare o trabalhador.

Um dos contextos, ao qual tem inferência como dificuldade para concretização dos empreendimentos solidários é que as pessoas envolvidas com eles, em geral, são de baixa escolaridade e que vivem na área rural e não detém qualificação profissional. Segundo o atlas de economia solidaria do total de empreendimentos solidários no país, 50 % é rural, neste caso faz referência a classe extremamente pobre que se encontra nestas regiões rurais, dado que em geral os habitantes do meio rural sofrem mais sem alternativas de emprego e renda e conseqüente exclusão social.

Outro problema que tende a prejudicar estes EES está relacionado à visibilidade da identidade do Movimento da Economia Solidária. Que exigem, entre outros esforços, criar e/ou aproveitar as experiências de articulações, redes e fóruns. Faltam informações, dados que relatem experiências bem sucedidas de economia solidária e também assistência técnica e acompanhamento nas atividades realizadas pelos empreendedores.

Um compreensão relevante no processo ativo dos EES, seria a evidência dos princípios cooperação e solidariedade, auto gestão e sustentabilidade ambiental, onde, apesar dos problemas indicados pelo mapeamento no que se refere aos aspectos de sustentação econômica, podemos perceber que estes princípios são

bem destacados, levando ao entendimento de que, mesmo diante das dificuldades encontradas, principalmente na relação e sustentação em um mercado capitalista, os EES indicam a presença dos princípios da economia solidária.

Assim, por exemplo, de acordo com o mapeamento, no que tange à cooperação, boa parte dos EES assinala atividades que são realizadas coletivamente, como a produção (64%), a comercialização ou venda (60%), o uso de equipamento (50%) e o uso de infra-estrutura, como prédios e armazéns (48%). Neste contexto podemos perceber que boa parte dos EES utilizam-se de meios cooperativos nos seus processos ativos (execução das atividades) fortalecendo o grupo e ratificando o princípio de cooperação a atividade econômica desenvolvida.

Quanto à solidariedade, destaca-se a participações dos EES em ações sociais e comunitárias (57%), e no caso da autogestão, os dados são ainda mais evidentes, quando destaca que a maioria dos empreendimentos realiza assembléias e reuniões em um período de até três meses (74%), sendo que 48% dessas assembléias são realizadas mensalmente. Quanto ao processo decisório, na maioria dos empreendimentos existem mecanismos de participação nas decisões cotidianas, inclusive na eleição da diretoria e na prestação de contas (60%) e no acesso a registros e informações dos empreendimentos (59%). Por fim, cabe destacar que podemos encontrar nos empreendimentos uma forte preocupação com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços (70%).

A sustentabilidade ambiental, também, pode ser ressaltada como uma preocupação dado a relevância dos aspectos ambientais como, por exemplo, o oferecimento de produtos orgânicos (28%) e a realização do reaproveitamento dos resíduos (26%), destacando, portanto, os princípios da sustentabilidade ambiental.

Assim, se por um lado, os dados nos mostram que há uma dificuldade dos EES em manter sua sustentabilidade econômica, seja devido, às características do público, baixa renda e do meio rural -, ou devido à falta de apoio ou legislação específica, por outro lado, a indicação da presença dos princípios solidários nos levam a entender que esta prática econômica, de forte expressão no Brasil, aponta para particularidades que buscam ser instrumentos de inserção social. Neste caso, ao

invés de apenas apontar as fraquezas destas iniciativas econômicas, será mais proveitoso destacar suas particularidades, de modo que, os apoios e legislações voltados para estes grupos possam ir de encontro às suas demandas específicas.

Desta forma, mesmo com as dificuldades econômicas em que se encontram, os EES buscam combater a exclusão social e as desigualdades a partir de uma concepção econômica que coloca os sujeitos como protagonistas num contexto estrutural de um EES como poderá ser observado no capítulo que se segue, observando a análise de caso deste empreendimento.

Capítulo 3. ANÁLISE DE CASO: OS CINCO PRINCÍPIOS (COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE, AUTOGESTÃO, SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL) E A INSERÇÃO SOCIAL.

Em um breve processo histórico, dado o contexto dos cinco princípios abordados no capítulo anterior, surge a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte). Embasado em princípios de geração de renda, emprego e mais além, no que diz respeito ao fortalecimento do caráter e dignidade humana como salienta (GAIGER, 2003) através do reconhecimento da figura dos catadores como trabalhadores dignos e “agentes” na sociedade, outrora tidos como desocupados, marginalizados, sem cidadania, entre outros conceitos. Como pode ser observado no princípio relacionado à respectiva missão idealizado pelo grupo, *“reciclar vidas e promover a inclusão social, por meio do trabalho e da geração de renda, contribuindo para a preservação do meio ambiente”*.

Os mesmos utilizando-se de mecanismos economicamente solidários, com auxílio de entidades como a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte e da própria prefeitura idealizaram o projeto e desenvolvem atividades economicamente solidárias.

O projeto ASMARE, em primeiro momento, pode ser compreendido como exemplo de atividade solidária dado a condição de apresentarem princípios básicos na realização de suas atividades como a solidariedade e cooperação e em segundo momento ser utilizado como modelo de EES que apresenta características de abordagem da ES e ferramenta de inserção social, dado a condição inicial de organização do grupo que promove emprego e reconhecimento da figura o catador em Belo Horizonte, como será abordado no decorrer deste capítulo.

O projeto apresenta como visão a ampliação da participação dos envolvidos no projeto nos âmbitos da cadeia produtiva, ou seja, primeiramente ocorre a coleta seletiva dos resíduos sólidos descartados na grande Belo Horizonte e região metropolitana. Em segundo momento, refere-se ao processo da reciclagem destes resíduos e além da alternativa de reciclar ocorre a reutilização caracterizada pela fabricação e venda de produtos com a marca do grupo. Neste contexto podemos

perceber a presença do sistema dos três R, ou seja, reduzir, reutilizar e reciclar. Um detalhe relevante neste processo que pode ser observado na atividade dos catadores que se inserem neste processo a partir do segundo momento que é o processo de reutilizar, dado que o primeiro R seja Reduzir, no contexto da cadeia produtiva da ASMARE, não existe este fator.

O segundo R representa a reutilização, pertinente a este fator está à fabricação de produtos reutilizando matérias como plásticos, metais e vidros. Ocorre a venda destes reutilizáveis. O terceiro R representa o processo de reciclagem.

Como mencionada no primeiro capítulo deste trabalho a característica da ES estende-se além do ponto econômico é avaliado como mecanismo social. Observa-se que na constituição da cooperativa dos catadores que buscavam a autoafirmação como sujeitos e agentes na sociedade. E utilizando-se da resistência, trabalho solidário e coletivo para combater a exclusão social que era fortemente observada quanto à figura do catador de lixo em Belo Horizonte, desmistificando imagem “imposta” ao grupo social ou econômico.

A ASMARE elabora, a cada período, uma nova abordagem e infraestrutura para profissionalizar os catadores de materiais recicláveis, ou seja, existe uma preocupação quanto o desenvolvimento profissional dos envolvidos. Os mesmo no processo de constituição da identidade conseguiram realizar um passo neste processo que é longo e cheio de desafios, neste caso conseguiram ser reconhecidos como uma nova categoria de trabalhadores pela CBO (Classificação Brasileira de Ocupação). Este reconhecimento fortalece o processo de inserção na sociedade dos catadores como pessoas e agentes no processo social, ou seja, fortalecendo inicialmente a autoestima do indivíduo e posteriormente, em um aspecto conjunto, a noção de identidade dos envolvidos (inserção social). Neste contexto a identidade e os meios de trabalho são relevantes na análise da inserção social ocorrida no projeto ASMARE, conforme citado por Coutinho (ET. Al., 2007).

Identidade tem sido apresentada como um conceito dinâmico, adotado frequentemente para compreender a inserção do sujeito no mundo e sua relação com o outro. Para Berger e Luckmann (1966/2002, p. 177), "... ela é

objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo." Já Ciampa (1987, p. 59) destacou o papel da relação com o outro, visto que "... a identidade do outro reflete na minha e a minha na dele." Pensar esta inserção implica em reconhecer uma concepção dialética entre indivíduo e sociedade, na qual um se identifica e se transforma a partir do outro: o sujeito assimila a realidade e reproduz ativamente sua experiência social. (COUTINHO et. Ali, 2007, p. 30)

Neste contexto as autoras se referem a "identidade" como processo de reconhecimento social e que ao obtermos este reconhecimento, passamos fazer parte da sociedade, ou seja, inserção social. Neste caso esta inserção ocorre pelo trabalho. Em sequência evidencia o processo do trabalho como ferramenta do reconhecimento social.

O reconhecimento de que o atual arranjo societário, em suas ações produtivas, resulte em desdobramentos de tal ordem nos processos identificatórios dos trabalhadores por meio de sua atividade profissional traz subjacente a compreensão de que o trabalho, enquanto fenômeno ao qual os atores sociais são convidados a vincular-se em algum momento de seu ciclo vital é elemento constituinte da subjetividade humana e, portanto, de sua identidade.

Conceber a atividade de trabalho dos sujeitos como constituinte da sua identidade social implica reconhecer, portanto, a relação de mútua determinação entre trabalho e identidade (Coutinho, 1999) e, conseqüentemente, a constituição de uma identidade profissional, resultante, predominantemente, da vinculação do ser humano a uma atividade laborativa, considerando o contexto e as características dessa atividade, bem como suas implicações para esse sistema identitário (Krawulski, 2004).

Tal como foi apontado anteriormente, tomamos por premissa ser o trabalho uma categoria fundamental, embora não única, para compreensão das relações sociais, dos processos identificatórios e do modo de ser dos sujeitos, pois a dimensão ocupacional ainda ocupa um grande espaço na vida das pessoas, permeando as relações sociais. (COUTINHO et. Ali, 2007, p. 34).

Neste contexto de trabalho e identidade social (inserção social) a ES pode ser capaz de criar e fortalecer novos empreendimentos com inserção social, trabalho e renda a partir do cooperativismo, auto gestor, com gestão participativa entre homens e mulheres que constroem um novo modelo de desenvolvimento. Estas características podem ser observadas na citação que se segue, onde são ressaltadas as questões

econômicas e a postura de luta pelo reconhecimento do grupo ASMARE sob a ótica dos princípios da ES.

Por isso, em 1º de maio de 1990, foi fundada a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte, a Asmare. Ela resultou, portanto, de uma intensa mobilização, por meio de atos públicos, ocupação de espaços para a triagem de recicláveis e protestos encaminhados à Câmara de Vereadores da capital mineira. Assumindo um papel reivindicatório junto à municipalidade, a Associação marcou o início do movimento organizado de luta pelos direitos da população de rua. Essa luta está provocando transformações no imaginário social e forçando a administração pública a romper com uma postura histórica em relação aos catadores como incapazes de se defenderem. Eles migraram, então, de uma situação de marginalidade para o reconhecimento por parte do poder público municipal de serem parceiros na realização da coleta seletiva de lixo. (GONCALVES et ali, 2008, p.1)

Em análise da estrutura da ASMARE, como empreendimento EES se intitula como uma cooperativa reúne, atualmente, cerca de 200 profissionais (dados internos), número que teve crescimento no decorrer do fortalecimento do grupo e afirma a capacidade de inserir mais pessoas na sociedade. Um dos fatores relevantes no processo de inserção são a condição de garantia de renda mensal e direitos trabalhistas, educação e saúde (estabelecido como umas das metas até 2014). O grupo é cooperado da Cataunidos (Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária).

Uma característica comum, nos grupos de ES é que os envolvidos são de classe pobre como constatado no atlas de economia solidária, onde 80% dos EES são constituídos de pessoas pobres, não sendo diferente no caso da ASMARE, neste contexto, ao se reunirem no início do projeto de uma cooperativa os catadores apresentavam como perfil uma condição de extrema pobreza e exclusão social como pode ser observado na fala de (GONCALVES et. ali, 2008), “*Em geral, os catadores são desempregados e de baixo nível profissional e cultural, sofrendo ainda com a incompreensão e a má vontade das prefeituras*”. E ratificado por (DIAS, 2002) e, ainda, complementando ao processo de pobreza e exclusão o baixo nível de confiança e visão de cooperativismo, em citação a (BIRKBECK, 1978) e (BURSZTYN, 2000),

Birkbeck (1978), em sua caracterização dos catadores de Cali, Colômbia, registra bem as dificuldades que limitam a capacidade organizativa desse segmento como, entre outros, o baixo nível de confiança mútua, a falta de suporte de agentes mediadores externos que ajudem a catalisar o processo organizativo, as pressões dos intermediários da reciclagem que obviamente não veem com bons olhos essas organizações. Bursztyn (2000), em seu estudo sobre os catadores de Brasília, também confirma o baixo grau de associativismo como uma forte característica desse segmento. Daí a importância do trabalho da Pastoral de Rua em Belo Horizonte, centrar-se na construção de laços de confiança mútua e reciprocidade. (DIAS, 2002, p.1).

Em uma sequência de análise do perfil dos integrantes, podemos salientar que o desenvolvimento dos mesmos foi gradual. Segundo DIAS (2002) a ASMARE passou por um processo de reconhecimento da sua atividade, inicialmente pelo próprio reconhecimento dos catadores como indivíduos que necessitavam de ajuda quanto à descaracterização dos mesmos, tanto por eles, como pela sociedade, onde eram vistos como mendigos, perturbadores do trabalho da SLU (Superintendência de Limpeza Urbana) etc.

Este processo de autoafirmação refletiu na condição dos sujeitos como cidadãos. Através da concretização das atividades baseados nos cinco princípios da ES, este movimento se fortaleceu, desmistificando a imagem “imposta” ao grupo socioeconômico representado pelos integrantes do projeto. A imagem que se referia ao grupo pode ser observada, conforme citado por Dias (2002).

Historicamente o lugar ocupado pelos catadores no imaginário social é o de pobre e marginal. Apesar da importante função ecológica por eles desempenhada o descaso, o preconceito e a violência sempre permearam a relação da população e do poder público em relação a esse segmento.(DIAS, 2002, p.1).

Este reconhecimento como processo de autoafirmação como cidadãos pode ser observado como a primeira grande conquista dos cooperados e relacioná-la a um

dos passos para inserir os mesmo na sociedade, a partir da cidadania alcançada e somada ao reconhecimento de classe trabalhadora pela CBO.

O processo de reconhecimento e desenvolvimento envolveu dinamicamente os cinco princípios de uma entidade de ES, sendo eles a cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade. Onde os mesmos oferecem ferramentas para o processo de inserção social através do processo de atividade laboral e reconhecimento trabalhista.

Em ambiente propicio o surgimento de novos sujeitos para o exercício da cidadania, inserção social e um novo projeto de sociedade. Em análise de cada item percebemos as seguintes características, quanto ao desenvolvimento e execução destes princípios.

Inicialmente o princípio de cooperação já se justifica pelo fato de o grupo já ser uma cooperativa, ou seja, o sentido restrito do termo cooperação, que se organiza para que todos os colaboradores tenham na força do grupo, enquanto organização, a fonte de sobrevivência, como pode ser observado no relato do item 4 do princípio da cooperação expresso pela CAMP. *“A cooperação e motivação melhoram as condições para alcançar os objetivos comuns do empreendimento”*.

Este comportamento de cooperação foi marco de relevância para a análise do fortalecimento da estrutura do grupo, onde os integrantes que outrora realizavam suas atividades isoladamente, sendo marginalizados socialmente e explorados na atividade que exerciam e sem conhecimento sobre as reais possibilidades do ato de catar lixo na grande Belo Horizonte e região metropolitana, passaram a realizar um trabalho conjunto, com base no princípio do cooperativismo, se fortalecendo gradualmente como uma cooperativa.

Ainda neste contexto, propiciou o desmitificação da figura do catador fornecendo ferramentas estruturais para promover inclusão social. Esta inclusão pode ser percebida, diretamente, pela quantidade de associados existentes no grupo, ou seja, 200 cooperados. E de forma indireta, por abranger os aspectos da sustentabilidade ambiental, geração de alternativas econômicas, onde, além do papel social que a

cooperativa exerce na sociedade como modelo referencial para a atividade de coleta de resíduos e limpeza urbana, representa um movimento ainda mais carente de divulgação, mais especificamente a ES.

Estes cooperados eram inicialmente considerados pobres excluídos, com baixa estima como foi mencionado anteriormente no perfil dos catadores e características dos envolvidos no processo de implementação de ES's por (GONCALVES et. ali, 2008), (DIAS, 2002), hoje passam a ter “garantido” um valor mensal, maior do conseguiam anteriormente ao projeto, dada a exploração e incompreensão social, e na força do movimento, ter a oportunidade de estudarem, se aperfeiçoarem dada a existência de projetos internos do grupo, este contexto pode propiciar fortalecimento da inclusão social dos indivíduos ocorrida pelo trabalho conjunto e cooperativo.

Fortalecendo a inclusão social, a característica da ASMARE de elaborar novas abordagens, reformular e melhorar sua infraestrutura favorece a profissionalização dos catadores. E como mencionado já são reconhecidos como uma nova categoria de trabalhadores pela CBO, ou seja, se caracterizam como trabalhadores com cidadania.

Em continuidade nas observações dos princípios de uma ES, no contexto da ASMARE relatamos o segundo princípio expresso pela solidariedade. Segundo (LAVILLE e GAIGER, 2009) em texto no Dicionário internacional de ES “*A solidariedade é promovida entre os membros destas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações cooperação*”. O que pode ser percebido na estrutura da cooperativa dado o princípio da cooperação, no geral ocorre de forma dinâmica pela coleta e triagem de recicláveis.

Existem no grupo homens e mulheres onde os associados são coletores e triadores. Existem os coordenadores do grupo, representados pela figura do presidente, sendo a mesma a Sra. Maria da Graça Marçal, mais conhecida como Dona Geralda e Fernando Godoy. Este comportamento de eleição dos representantes é de forma democrática, garantido o processo democrático eletivo. Outro detalhe de relevância é que os dois representantes são catadores.

No contexto da solidariedade podemos fazer referência ao processo de coleta e triagem que ocorre de forma organizada por rotas e onde o processo de recolhimento dos resíduos é feito por homens e mulheres. A triagem é realizada por separação manual dos materiais, detalhe que todos são responsáveis pela coleta e triagem dos resíduos. Este contexto expressa o valor solidário que existe no grupo, pode-se inferir a condição de unidade quanto ao grupo, observando a dinâmica do processo de coleta e triagem dos mesmos e dada à quantidade de cooperados, segundo Dona Geralda ser de aproximadamente 200, ou seja, um número considerável de envolvidos.

Segundo os responsáveis atualmente são coletadas, aproximadamente 250 toneladas de resíduos sólidos e todo o retorno é rateado igualmente entre os cooperados.

A forma de pagamento é por rateio entre os cooperados. Os pagamentos são feitos por cheque e os cooperados sacam no Banco do Brasil, neste contexto os cooperados tem a oportunidade de abrirem conta em um banco, ou seja, tem a dimensão social, autoafirmação (identidade nacional, individualidade). Estes termos estariam ligados a condição de existência do indivíduo, dado que para se abrir uma conta é necessária a condição de nacionalidade.

Na sequência de análise dos princípios de ES, no contexto da ASMARE, o terceiro princípio de um ES, como mencionado anteriormente, refere-se à capacidade de autogestão, onde na cooperativa passa por um processo de organização quanto ao quadro de pessoal, onde existe a presença de agentes externos ao grupo específicos “catadores”. Estes grupos apresentam cunho religioso e administrativo como pode ser percebida na fala de (DIAS, 2002), que salienta sobre o desafio de se desenvolver um processo gestor administrativo, levando em consideração a dimensão social do projeto, ou seja, os dois primeiros princípios de uma entidade de ES: Cooperação e Solidariedade. Definindo uma antagonia entre desenvolvimento para auxiliar o crescimento do grupo, em todos os aspectos, e não se enquadrar no processo capitalista, cujos princípios economicamente solidários não são a favor.

No campo da ONG, o desafio colocado à ASMARE, de cada vez mais assumir um perfil empreendedor sem, no entanto enfraquecer sua dimensão de inserção social, bem como a necessidade de um espaço formal que possibilitasse a interação dos diversos parceiros da associação, levou a Pastoral de Rua a propor a criação de uma Coordenação Colegiada do empreendimento social ASMARE. Fazem parte dessa Coordenação Colegiada, a diretoria da ASMARE e os representantes dos seus parceiros executivos: Pastoral de Rua, SLU, Secretaria Municipal de Assistência Social, Cáritas, entre outras instituições que porventura estejam desenvolvendo algum projeto específico junto à ASMARE que requeira uma articulação interinstitucional. (DIAS, 2002, p.8).

Na ASMARE a forma de gestão é bem democrática, apesar de apresentarem o presidente e o vice-presidente tudo é resolvido em assembleias em conjunto com os cooperados. Seguindo o princípio de autogestão definido no capítulo dois deste trabalho.

Como pode ser observado no item 4 do princípio da autogestão expresso pela CAMP, relatado no capítulo 2 a ASMARE se enquadra neste quesito de gestão solidária, sendo democrática, autossuficiente.

Um detalhe de relevância que fortalece o conceito de cooperação e solidariedade está relacionado à forma de “pagamento” ao trabalho realizado por cada cooperado, ou seja, todo resultado, tanto financeiro quanto social, arrecadado é rateado entre os cooperados, mas para que este rateio e organização econômica e social dos resultados ocorram faz-se necessário uma organização onde seja apresentado a figura do gestor e motivador do grupo.

A gestão é feita por dona Geralda e Godoy, onde os mesmos são catadores, mas este processo ocorre com a decisão de todos. O que pode ser observado nas características de uma entidade de ES quanto ao processo gestorário expresso no item 1 e 2 do princípio da autogestão da CAMP no capítulo 2 deste trabalho.

Em análise administrativa, dado a quantidade de envolvidos diretamente, ou seja, duzentas pessoas é preciso organização para que o grupo siga em frente. Esta

organização ocorre de forma democrática. A estrutura organizacional da cooperativa pode ser visualizada no anexo de número 3.

Outro detalhe de relevância no contexto da autogestão pode ser mencionado o fato de que todo ano ocorre o Festival Lixo e Cidadania, evento de suma importância para análise das atitudes realizadas quanto à administração, gestão financeira e dos catadores. Nesta oportunidade são discutidos temas e propostas aos catadores de todo o Brasil.

Outro ponto de análise em destaque é a sustentação econômica, que caracteriza o quinto ponto de abordagem do empreendimento ASMARE caracterizado com empreendimento de ES.

Como mencionado anteriormente, a sustentação econômica pode representar a capacidade do grupo, além de autogerir-se, de apresentar condições dignas de “retornos” financeiros e reconhecimento social e pessoal, como pode ser observado no decorrer do processo de desenvolvimento do grupo no aspecto da cooperação e solidariedade.

Além da capacidade, de auto gerenciar-se o projeto pode promover uma forma de trabalho digna e que, se seguido este princípio, fornecer renda justa para os integrantes do grupo, como pode ser observado no segundo item do princípio de autogestão apresentado pelo CAMP, como se segue *“Um empreendimento de economia solidária propõe-se a viabilizar um trabalho digno e uma renda justa para todos os seus sócios, não visando somente ao lucro para acumular riqueza”*;

Um detalhe de extrema importância no contexto da sustentabilidade econômica na ASMARE, é que a atividade econômica do grupo é decorrente de um processo de descarte de materiais sólidos, ou seja, apresenta um duplo sentido: promove trabalho e renda digna aos cooperados e remove e recicla os resíduos sólidos da metrópole (aspecto ambiental). Este segundo aspecto favorece a qualidade de vida, não só dos cooperados, mas reflete na qualidade de vida da sociedade como se refere (KOZEM et. ali, 2006), aos integrantes de uma ES, que ao preservar os

recursos naturais se torna um agente estratégico de desenvolvimento local sustentável.

Em continuidade a este ponto de relevância na cooperativa engloba-se o último princípio que é representado pela Sustentação ambiental, que no projeto da ASMARE se constitui um fator de grande relevância para se analisar o grupo quanto entidade de ES, e mais além em um contexto econômico contemporâneo, ou seja, a atividade econômica conciliada ao menor impacto na natureza. Esta “imagem” de organização ambientalmente solidária passada a sociedade favorece a receptividade de produtos que possam ser desenvolvidos pelo projeto.

Devido ao fato de realizarem a coleta e triagem de materiais sólidos que são despejados em Belo Horizonte, o princípio da sustentabilidade baseia-se na condição de serviço ambiental com a coleta de resíduos, retirando matérias do meio ambiente urbano.

Um fato relevante quanto à constituição estrutural, neste princípio, pode ser citado a instituição na lei orgânica Belo Horizonte que determinava que a coleta seletiva devesse ser realizada por cooperativas recebendo o direito de serem prestadores de serviço de coleta seletiva, auxiliando na limpeza dos ambientes. Esta visibilidade e apoio legislativo favorecem a inclusão social dos cooperados. O processo legislativo quanto a lei orgânica pode ser percebida na fala de (GONCALVES et ali, 2008) que se segue.

Em âmbito nacional, o MNCR se tornou interlocutor na produção de uma política pública relativa a resíduos sólidos e a saneamento ambiental, conforme previsto na Lei de Saneamento. Dessa forma, os catadores conquistaram o direito de serem incluídos na prestação de serviços da coleta seletiva, em âmbito municipal, independentemente de processos licitatórios. (GONCALVES et ali, 2008, p.1)

No processo de coleta e triagem dos catadores da ASMARE a limpeza urbana ocorre com separação manual dos materiais, isto garantem um melhor aproveitamento dos materiais, dada que a coleta seletiva mecanizada mistura todos os materiais reduzindo sua capacidade de aproveitamento aumentando a

capacidade de reaproveitamento e reciclagem dos materiais, isto pode favorecer o meio ambiente, dado a menor necessidade de extração no meio ambiente de materiais.

Dada a característica de a ASMARE elaborar novas abordagens originalmente em 1993 foi idealizado um projeto, sendo organizado em 1993, onde um dos itens a ser desenvolvido eram estratégias de educação ambiental, dada a relevância do assunto ao processo de efetivação da ideologia da ASMARE de reciclagem e sustentação ambiental expresso na coleta e reutilização de matérias descartadas no meio ambiente, esta postura pode ser observada na citação a seguir.

Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental e de mobilização social, buscando envolver a população como agente propulsor da coleta seletiva, estimulando adesões voluntárias, ações integradas e a constituição de parcerias com a sociedade civil. (DIAS, 2002, p.6).

Ao buscar a preservação dos recursos naturais, a ES pode propiciar ao indivíduo a compreensão, do mesmo, como parte do ambiente e que precisa controlar a degradação que pode ocorrer no processo de produção solidaria ou capitalista caracteriza o principio como já observado por (KOZEM et. ali, 2006). No caso da ASMARE ocorre a retirada das externalidades do processo capitalista com as atividades sustentáveis, na forma de coleta manual sem poluição, dada uma das características do grupo, que se refere a parte dos resíduos serem transportados por tração humana e a separação dos resíduos serem por triagem humana e não por máquinas industriais, reduzindo os impactos ambientais.

Isto ocorre através do manejo sustentável e da responsabilidade com a geração atual e futura, construindo uma nova forma de inclusão social, através da partição de todos.

No contexto de uma entidade solidária podemos perceber as características de cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade ambiental, além de definirmos as peculiaridades no contexto da cooperativa ASMARE, além do processo de inclusão social ocorrido no processo de incubação,

desenvolvimento e manutenção do projeto e dos cooperados, economicamente socialmente.

CONCLUSÃO

Em suma podemos compreender o conceito de Economia Solidária dentro da estrutura da cooperativa ASMARE e seus cinco princípios básicos que sustentam sua ideologia, através do qual podemos compreender a ES como possível ferramenta de inserção social decorrente da organização dos cooperados gerando empregos e reconhecimento da sociedade (regulamentação pelo CBO como categoria profissional).

Compreender o movimento das ES's como mecanismo propensor de oportunidades sociais podendo garantir o processo consciente de geração de emprego além do reconhecimento social como ocorrido na ASMARE, que ao se organizarem de forma cooperada e solidária propiciaram a desmistificação da figura do catador e inseri-lo de forma reconhecida na sociedade rompendo o preconceito quanto a falsa imagem do excluído social "mendigos" afirmando-os como sujeitos sociais. Através da organização e manejo da ASMARE pode se observar o surgimento de novos sujeitos para o exercício da cidadania através da inserção social propiciada pelo trabalho.

E mais além no contexto a ES ser capaz de criar e fortalecer novos empreendimentos com inserção social, trabalho e renda a partir do cooperativismo, autogestionário, com gestão participativa entre homens e mulheres que constroem um novo modelo de desenvolvimento.

A ASMARE se insere no contexto solidário onde são percebidas as características de cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade ambiental, além de definirmos as peculiaridades no contexto da cooperativa ASMARE, além do processo de inclusão social ocorrido no processo de incubação, desenvolvimento e manutenção do projeto e dos cooperados, econômica e socialmente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CÓDIGO DE ÉTICA**. In: Coletânea de Leis, CRESS 10ª Região – Gestão 1999/2002, Porto Alegre, 2002.

(GOMES et.al, 2000) no texto referente à FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA PROJETO CASA BRASIL, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego – M.T.E. e a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000. SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação PerseuAbramo, 2008.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Cultura, 2000.

SOUZA, Daniela Neves de. **Reestruturação capitalista e trabalho**: notas críticas acerca da economia solidária: Artigo: Rio de Janeiro, 2008.

XAVIER, Eudes. **Economia solidária no Brasil**. Uma outra economia acontece. Brasília, 2008.

ON LINE

BRASIL, MTE – **Ministério do Trabalho e Emprego**. Atlas da economia solidária no Brasil. Disponível em: WWW.mte.gov.br/sistemas/atlases/. Consultado em 28 de junho de 2012.

CARITAS, **20 anos de Economia Popular Solidaria**. Cáritas Brasileira. <<http://caritas.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/03/Livrofinal.pdf>>.

Acessado em 28/06/12.

CARNEIRO, Vanderson Gonçalves, **Políticas Públicas Municipais de Economia Solidária e a Dimensão Sociopolítica dos Empreendimentos Econômicos Solidários** [manuscrito] / Vanderson Gonçalves Carneiro- 2012. Belo Horizonte. Acessado em 28/06/12. <http://dspace.lcc.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-6WHHQU/1/disserta_o_vanderson.pdf>. Acessado em 07/12/12

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite and SOARES, Dulce Helena Penna. **Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis**. *Psicol. Soc.* [online]. 2007, vol.19, n.spe, pp. 29-37. ISSN 1807-0310. .< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400006&script=sci_arttext>.

Acessado em 10/12/12

DIAS, Sônia Maria, **Coleta Seletiva e Inserção Cidadã – A Parceria Poder Público/ASMARE** <http://www.inclusivocities.org/wp-content/uploads/2012/07/Dias_Jacobi_COLETA_SELETIVA_Asmare.pdf>. Acessado em 15/10/2012

SALM, Cludio - **Novo-desenvolvimentismo**, op. cit.[Links], 2005 - centrocelsofurtado.org.br <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201205021625580.Claudio%20Salm%20-%20ESTAGNAcaO%20ECONoMICA%20DESEMPREGO%20E%20EXCLUSaO%20SOCIAL.pdf>>. Acessado em 02/07/12

GONCALVES, José Aparecido, et. Ali.
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a16.pdf>>. Acessado em 02/07/12

ANEXOS

Anexo 1: Logomarca da cooperativa



Fonte: ASMARE, 2012



Fonte: ASMARE, 2012

Anexo 2: Logomarca



Fonte: ASMARE, 2012



Fonte: ASMARE, 2012

Anexo 3: Organograma Estrutural.



Fonte: ASMARE, 2012

Anexo 4: Projeto Implantado em 1993

Vejamos as principais características do projeto implantado em 1993:

- Adoção do sistema conhecido como “ponto-a-ponto” para o recolhimento dos recicláveis com a instalação de Locais de Entrega Voluntária – LEVs que consistem de contêineres para recebimento do papel, metal, plástico e o vidro segregado, na fonte geradora, pela população, com doação para a ASMARE (à exceção do vidro que é doado para a Santa Casa de Misericórdia). A outra forma de recolhimento de recicláveis é a tradicional coleta feita pelos catadores da ASMARE, em carrinhos de tração humana, em “pontos” como estabelecimentos comerciais e bancários e instituições públicas e privadas ou pela própria ASMARE junto a grandes doadores, através de caminhões. Desde 2003 a municipalidade começou a implantação gradativa da coleta porta-a-porta, primeiramente em um bairro comercial, tendo se expandido para 3 outros bairros posteriormente. Os recicláveis oriundos da coleta nos 3 bairros da zona sul da cidade são doados para a ASMARE e de um bairro localizado na zona oeste para outra associação de catadores - a COOPERSOLI.
- Fornecimento de apoio logístico, operacional e sócio-educativo à associação.
- Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental e de mobilização social, buscando envolver a população como agente propulsor da coleta seletiva, estimulando adesões voluntárias, ações integradas e a constituição de parcerias com a sociedade civil.
- Formalização da parceria através da ampliação do escopo do convênio firmado , em 1992, entre a Prefeitura, a ASMARE e a Mitra Arquidiocesana. Nesse novo convênio, a ASMARE assume o papel de parceira prioritária da coleta seletiva. Tal convênio viabiliza o aluguel de galpões de triagem equipados com prensas, balanças e banheiros, o fornecimento de uniformes e vale-transporte aos associados e a prestação de assessoria técnica à associação.

Fonte: (DIAS, 2002, p.6).

Anexo 5: Produtos:



Fonte: ASMARE, 2012



Fonte: ASMARE, 2012



Fonte: ASMARE, 2012



Fonte: ASMARE, 2012



Fonte: ASMARE, 2012

Anexo 6: Atelier Madeira/Vidro.



Fonte: ASMARE, 2012

